

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ORDEM DO DIA
- 2 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
- 3 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 20/2/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

DESIGNAÇÃO DE COMISSÕES

– A presidência designou, na 5ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura, em 15/2/2018, os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação nº 57/2018, do nome do Sr. Evaldo Ferreira Vilela para o cargo de presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig. Pelo Bloco Minas Melhor – BMM: efetivos – deputados Durval Ângelo e Tadeu Martins Leite; suplentes – deputada Marília Campos e deputado João Magalhães; pelo Bloco Compromisso com Minas Gerais – BCMG: efetivo – deputado Agostinho Patrus Filho; suplente – deputado Glaycon Franco; pelo Bloco Verdade e Coerência – BVC: efetivos – deputados Antonio Carlos Arantes e Antônio Jorge; suplentes – deputados Bonifácio Mourão e João Leite. (Designo. Às Comissões.).



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

DISCURSOS PROFERIDOS NA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/2/2018

O deputado André Quintão* – Presidente Dalmo, deputados, deputadas, telespectadores que acompanham a TV Assembleia, retomamos os trabalhos de mais uma sessão legislativa, a última da 18ª Legislatura, com desafios imensos, do ponto de vista de políticas públicas do Estado e também do fortalecimento, da preservação e do avanço da democracia em nosso país.

Considero que o ano de 2017, do ponto de vista da produção desta Casa, se pautou em várias áreas importantes, no sentido de criar alternativas para o equacionamento de uma crise fiscal e econômica nacional que afeta perversamente o Estado de Minas Gerais. A Assembleia não se furtou a debater, discutir e criar possibilidades que permitam ao governo do Estado garantir a continuidade e o funcionamento, a duras penas, dos principais programas e das principais políticas públicas. No meu entendimento, a linha adotada pelo governo de Minas, pelo governador Fernando Pimentel, foi uma decisão acertada por não gerar descontinuidade nas políticas fundamentais, não adotar a cartilha do governo federal em Minas, com demissões, com a não efetivação de concursados, com a paralisação de serviços públicos.

O governo de Minas buscou outro caminho que, infelizmente, não foi mais bem trilhado pela própria insensibilidade do governo federal, que impediu que algumas das possibilidades, como a securitização, que dependia da aprovação de uma lei nacional, não ocorresse e, dessa forma, compromettesse, entre outras coisas, o pagamento integral do 13º salário ao funcionalismo público. Mas o caminho que o governo escolheu é o de evitar a descontinuidade de políticas públicas, e a Assembleia fez a sua parte nesse sentido. Além de legislações de parlamentares e de outras legislações que o próprio Executivo encaminhou, eu destacaria aqui as legislações referentes à área da cultura, o aprimoramento do Sistema Estadual de Cultura, do financiamento da política de cultura. Poderemos falar dos projetos que viraram lei, da assistência estudantil, da política de cotas para a Fundação João Pinheiro. No âmbito da assistência social, já no primeiro semestre aprovamos várias leis que fortalecem as entidades da rede socioassistencial privada sem fins lucrativos, principalmente abrigos, asilos, instituições de longa permanência, com o programa coordenado pela Sedese, Rede Cuidar que, já no ano passado conseguiu apoiar dezenas de entidades em vários municípios de Minas Gerais, inclusive em parceria com o Servas. Então, tivemos uma agenda legislativa que conseguiu resultados e condições para a melhoria de situações estruturais e emergenciais do Estado. Mas alguns projetos e algumas agendas ficaram para este ano.

Eu chamo a atenção – vou fazer e já estou fazendo isso no início desta sessão legislativa, também no sentido de uma espécie de apelo – para que algumas matérias possam ter possibilidade de diálogo, de interlocução, para que elas não fiquem paralisadas aqui na Assembleia. Há questões relacionadas a temáticas, como diversidade, gênero, que têm causado aqui uma queda de braço, e os projetos não tramitam. Por exemplo, o projeto que cria o Conselho Estadual LGBT. Tenho o maior respeito pelas convicções de profissão de fé, religiosas – eu próprio tenho a minha –, mas, quando se trata de política pública, devemos fazer prevalecer o princípio da dignidade humana e da defesa da vida. Um conselho que discute políticas públicas que possam melhorar o sistema de saúde pública, combater a discriminação e gerar mais cidadania deve estar acima de questões outras. Então acho que esse projeto sinalizaria um passo importante aqui em Minas Gerais. Há o próprio Plano Estadual de Educação para ser votado, que foi um processo amplo de debate, do qual a própria Assembleia participou. Temos o projeto de resolução, e a deputada Marília Campos e as demais deputadas têm uma participação de protagonismo no sentido de buscar garantir a representação feminina na Mesa da Assembleia – o projeto está para ser votado, inclusive em fase avançada, já no Plenário. Temos projetos relacionados à questão do controle e da preservação ambiental em face da exploração econômica minerária no Estado de Minas Gerais. Recentemente o governo encaminhou o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte para esta Assembleia, sem falar nos inúmeros projetos de deputados e deputadas.

Um projeto no qual irei me empenhar muito – inclusive, é de minha autoria – e que também está paralisado na tramitação é o que dispõe sobre regras de proteção para todo o Sinclinal Moeda, na região Central, particularmente, na região metropolitana. Sabemos que existem conflitos relacionados à proteção da Serra da Moeda, conflitos com as atividades mineradoras. Temos ali mananciais importantes de recursos hídricos, possibilidades de desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis e outras. Então, acho que a Assembleia poderia avançar mais ao discutir e entrar no conteúdo dessas matérias, numa perspectiva de construção de acordos que possibilitassem a votação desses projetos, sem falar naqueles projetos que também circundam o foco e a centralidade dos conflitos agrários e dos conflitos de terra em Minas Gerais.

Acho que a protelação ou a paralisação da tramitação desses projetos não contribui para os avanços das políticas públicas e para o debate aqui, na Assembleia. Acredito que, em alguns casos, é melhor que o tema e o projeto cheguem ao Plenário e que, democraticamente, o Plenário tome a sua decisão. Inclusive, projetos de deputados e deputadas. Há muita crítica, e compartilho também dessas críticas. Não é para a Assembleia e para este período, mas para o Legislativo Federal e para as câmaras.

Muito se fala do protagonismo e do quase sufocamento da agenda legislativa pelos interesses e projetos do Executivo. Isso, de fato, é verdade. Mas, muitas vezes, os projetos de deputados e deputadas são mais polêmicos e não têm o mesmo esforço de negociação e aprovação que os projetos do Poder Executivo. Isso não contribui para o fortalecimento da ação parlamentar dos próprios parlamentares quando se trata de iniciativa deles. Então, acho que esse deveria ter o entendimento dos líderes que serão ou que estão sendo reconduzidos, seja do bloco de oposição, do bloco de governo, do bloco independente. Um conjunto de projetos tem uma alta expectativa por parte da sociedade para que eles sejam votados, a fim de que cheguem ao Plenário e, de preferência, em um cronograma mais organizado.

Esse afunilamento, essa concentração de projetos para votação em momentos muito curtos muitas vezes levam, mesmo com todo o acompanhamento da assessoria de cada gabinete, de assessoramento das comissões, de assessoramento dos blocos, a que algumas questões que são apresentadas na reta final de tramitação sejam aprovadas sem o devido amadurecimento por parte dos deputados e das deputadas. Então, essa análise de questões mais críticas, mais polêmicas é importante. Nesse sentido, se tivermos um esforço também dos partidos, dos líderes das comissões para que esses projetos sejam agilizados, isso permitiria, em Plenário e nas comissões, um aprofundamento e uma construção de consensos até onde for possível.

Portanto, gostaria de dizer que, pelo menos, o meu esforço será esse. É o último ano, é a última sessão legislativa desta Legislatura. Evidentemente, uma boa parte dos deputados e deputadas aqui poderão – e deverão – ser candidatos e candidatas à reeleição. Muitos, com certeza, estarão aqui – e espero que estejam –, na 19ª Legislatura, mas, nesta legislatura temos um período – de preferência, até o período eleitoral – para esgotarmos aquelas matérias que entendermos como prioritárias para o Estado de Minas Gerais.

E esse esforço tem de começar desde já, principalmente, pelo calendário eleitoral, neste primeiro semestre. E que o debate sobre as questões do Estado não seja contaminado, do ponto de vista negativo, pela disputa eleitoral. É lógico que seria ingenuidade imaginar numa casa política que as eleições não influenciassem os comportamentos, mas existem questões, demandas e anseios da sociedade que não se restringem à continuidade ou à troca do partido A ou B no poder, seja na maioria legislativa, seja no comando do Executivo. A sociedade tem um cotidiano que exige emprego, que exige bons serviços públicos, que exige mais transparências, e, muitas vezes, o engalfinhamento político-partidário ou de lideranças não contribui para o resgate da credibilidade e do fortalecimento institucional dos partidos e das representações. Esse é um tema que eu gostaria de abordar num próximo pronunciamento, particularmente, no momento em que a maior liderança política do País – que lidera todas as pesquisas – é alvo de perseguição e de condenação sem prova, deixando ou podendo deixar que 40%, hoje, do eleitorado, que queiram escolher um presidente, possam deixar de fazê-lo em função de um acirramento de um golpe parlamentar, atualmente fundado no entendimento jurídico, a meu ver equivocado. Esse é outro aspecto importante. Podemos partir para uma eleição presidencial em que a ausência de uma eventual candidatura de uma liderança política que lidera todas as pesquisas faça com que, seja ele qual for o presidente eleito ou a presidenta eleita, caso o ex-presidente Lula não concorra, não tenha, sequer, 1/3 ou 35%, 40% dos votos absolutos dos votos do eleitorado brasileiro.

Então acho que esse cuidado da Assembleia Legislativa com os interesses maiores da população não deve ser anulado em função da proximidade da disputa eleitoral. O Brasil vive um momento difícil, e a contribuição que a Assembleia pode e deve dar nesse sentido é, exatamente, priorizando e deliberando sobre matérias que dizem respeito ao dia a dia do cidadão e da cidadã mineira em todas as regiões do Estado. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Geisa Teixeira* – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia e pela internet. Neste início de ano legislativo, nesta Casa, teremos pela frente um trabalho desafiador, que nos exige firmeza e compromisso com a vontade popular, e as perspectivas das pessoas, para que nosso país supere este momento de crise profunda. Essa superação se configura como uma tarefa de todos e todas em um processo que devolva à população o sonho de um País justo de fato. Não é possível assistirmos, passivamente, ao risco de nosso país voltar para o mapa da fome, com milhões de brasileiros e brasileiras desempregados. Não é possível que tenhamos de conviver com a retirada de direitos dos trabalhadores, com a redução de salários e a precarização das condições de emprego. Não dá para retroceder mais... É nesse sentido de permanente mobilização que reafirmo o meu compromisso e o de meu mandato de representar, nesta Casa, as vozes de tantas e de tantos, num exercício de respeito à identidade de cada cidadã e de cada cidadão, de respeito a cada lugar, em um nítido movimento de valorização das mulheres, de combate a violência e à pobreza e pela proteção social das crianças e dos idosos.

Os exemplos desse trabalho estão espalhados em dezenas de cidades em que atuamos e que caminham conosco numa soma de forças que, até aqui, contribuiu para melhorar a vida de muitas pessoas. Não nos falta disposição para a luta e para os desafios que se nos apresentam. Conquistamos, por exemplo, com o esforço de muitas mãos, junto ao governo de Minas, o início da tão sonhada duplicação da MG-491, que liga Varginha à Rodovia Fernão Dias. A obra já foi iniciada, e o andamento está dentro da programação. Já temos pronto também o projeto de intervenção do trevo de Santana da Vargem, uma obra há muito requisitada e que melhorará, e muito, o trânsito e a segurança no local. Tanto a reforma do trevo quanto a duplicação da MG-491 são obras que há muito se fazem necessárias nos sonhos de muitas mineiras e de muitos mineiros que transitam pelo nosso querido Sul de Minas.

Esse é mais um exemplo acerca dos resultados possíveis a partir do diálogo e da nossa presença constante, que visa contemplar Varginha e nossa região como um todo nas decisões que melhoram diretamente a vida da população. Esse diálogo continua sendo uma de nossas prioridades também neste ano.

Por ser um ano eleitoral, não poderia deixar de tratar aqui de um tema tão presente em nossa atuação na Assembleia: a participação das mulheres na política. O nosso crescimento, nos últimos anos, na ocupação dos espaços é um tanto quanto simbólico, mas nem por isso podemos deixar de pautar a baixa representatividade feminina em espaços como este. Em todo o Brasil, as mulheres representam menos de 10% dos cargos eletivos. Aqui mesmo, na Assembleia Legislativa de Minas, somos apenas 6 mulheres dentre 77 deputados estaduais. Há uma necessidade urgente de que as mulheres estejam mais representadas e, conseqüentemente, que nossas pautas, que nossos pontos de vista, que nossas ideias e direitos estejam representados.

Esse comparativo diz muito e representa a realidade vivida por mulheres em várias categorias. Além de recebermos os piores salários – os mais baixos – e de termos as piores condições de trabalho, somos acometidas pelo assédio moral e sexual, ainda comuns em diversos espaços. Isso é mais um exemplo de naturalização da opressão contra todas nós.

É pela seriedade do tema, dos temas que têm a ver com a vida de muitas, que mantemos aqui nossa defesa incondicional dos direitos de todas as mineiras. É mais um ano para combater o machismo e todas as formas de violência que destroem sonhos e machucam, física e psicologicamente, a nós, mulheres.

Vale destacar, neste momento, uma conquista que tivemos na Assembleia de Minas: a regulamentação da lei do assédio nesta Casa. O tema não é novo – já havia a Lei Complementar nº 116, de 2011 sobre o assunto –, mas foi somente em 2017, após um coletivo de mulheres da Assembleia levar o tema à nossa Comissão Extraordinária das Mulheres, da qual tenho orgulho de ser vice-presidente, que tivemos a regulamentação, com a Deliberação da Mesa nº 2.667, de outubro de 2017. Essa deliberação lista as condutas de assédios moral e sexual; detalha os procedimentos para abrir uma reclamação contra esse tipo de comportamento; institui o Núcleo Psicossocial – NUP –, subordinado à Gerência-Geral de Saúde e Assistência – GSA; e cria a Comissão de Mediação e Conciliação para auxiliar na busca de solução dos casos de assédio na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A norma também

prevê as penalidades, que são a repreensão, a suspensão do trabalho, a perda de cargo comissionado ou função gratificada e a demissão.

Chamo a atenção, neste Plenário, dos nobres colegas para a necessidade de aprovação também da nossa PEC nº 16, que tramita aqui e prevê a presença de, pelo menos, uma mulher na Mesa da Assembleia. Se somos a maioria da população, queremos estar representadas, seja aqui, seja no Congresso Nacional, seja nas câmaras de vereadores e nas demais instâncias de poder. Por sinal, está tramitando no Plenário, em caráter de urgência, o Projeto de Resolução nº 49/2017, da Mesa da Assembleia, que transforma nossa comissão extraordinária em Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher. O projeto está em discussão, em 2º turno, aqui no Plenário, e tenho a certeza de que os nobres colegas deputados darão o apoio necessário para a aprovação da matéria, garantindo mais essa conquista para as mulheres do nosso Estado de Minas Gerais.

Ainda falando sobre a vida das mulheres, gostaria de tratar de outro tema muito importante para todos, sobretudo para as mulheres. É sabido, como nos comprova o Mapa da Violência 2015, que as mulheres são as maiores vítimas de violência na nossa sociedade. Para as mulheres negras e pobres, a situação é ainda pior, e isso é inaceitável.

Uma das violências sofridas pelas mulheres é a obstétrica. A partir de muitos relatos e buscando a possibilidade de amenizar e reverter esse quadro, apresentei nesta Casa o Projeto de Lei nº 4.677/2017, de minha autoria, que trata da implementação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Estado de Minas Gerais. Muitas vezes, as mulheres sequer sabem que estão sendo vítimas de violência obstétrica. Até enfermeiros e médicos, muitas vezes, não sabem que estão promovendo algum tipo de violência contra a gestante. A partir desta realidade, torna-se muito importante debatermos este assunto e promovermos mecanismos de informação e proteção à gestante. Se cuidarmos da saúde da mulher, se protegermos as mulheres da violência, a família inteira, a sociedade como um todo ganhará.

Trataremos desse tema aqui e também percorreremos os municípios para promover um diálogo com as mulheres. É fundamental que descentralizemos nossos debates, e esta é uma oportunidade para dialogarmos de maneira ampla sobre essa questão que diz respeito a todos e a todas, uma vez que a maternidade diz respeito a todas as famílias, e devemos pautar e rediscutir a maternidade desde a concepção, o parto e o puerpério.

Ainda no que se refere ao combate às violências, destaco aqui a relação de soma de forças que desempenho junto à Polícia Civil de Varginha para garantir que a Delegacia da Mulher esteja em pleno funcionamento. Quanto a isso, uma das nossas tarefas tem sido a luta constante para a nomeação de uma delegada para o atendimento adequado das demandas das mulheres.

Acredito na política como meio de transformação social, e as mulheres podem e devem ser o diferencial nesse processo. Seguimos firmes, a nossa tarefa não nos permite o desânimo nem o desacreditar, pois não nos falta vontade nem coragem para seguirmos sempre em frente, no iluminado sonho de um projeto de igualdade e justiça social para todos e todas. Seguiremos firmes nas nossas lutas. Muito obrigada.

* – Sem revisão da oradora.

O deputado João Leite – Sr. Presidente, querido deputado Dalmo Ribeiro Silva, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos de Minas Gerais que acompanham esta reunião da Assembleia Legislativa.

Sr. Presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, Minas Gerais encontra-se neste momento totalmente dominada por um governo sem nenhuma expectativa de gestão governamental. Os jornais de hoje trazem, Sr. Presidente, que o surto de febre amarela é o mais mortal da história de Minas Gerais. É algo impressionante. E não vemos, Sr. Presidente, deputadas e deputados, uma luz no fim do túnel. Não vemos porque o que este governo, que fala muito, está dizendo é que eles têm um trabalho integrado com os municípios. Que trabalho integrado com os municípios se eles não recebem o dinheiro da saúde? Os prefeitos vieram em marcha a Belo Horizonte. Foram ameaçados pelo governo, que disse: “Não venham; não tragam deputado da oposição”. Essa é a face perversa

desse partido. É uma ditadura. Todos têm que aceitar o que eles dizem. Não podem se manifestar. Têm de engolir essa gestão equivocada e irresponsável do PT. Como fazem integração para enfrentar a febre amarela se não passam recursos para os municípios?

Estou vendo aqui a nossa querida Região Metropolitana de Belo Horizonte, que apresenta o maior índice de letalidade. Próximo a ela, está Mariana, cidade histórica, a primeira cidade das nossas Minas Gerais, e que apresenta grande número de óbitos. Cito também Nova Lima, que também está aqui perto.

Agora o que mais impressiona é que o PT acumula recordes. O maior registro de mortes havia sido feito em 2017. Agora o número de óbitos aumentou 69,4%. Está acumulando recordes. Isso é impressionante também porque a Organização Mundial da Saúde diz que essa é uma doença de população pobre. Aquela propaganda do PT, que dizia “nunca antes na história do Brasil”, que conseguiram tirar todos da miséria, agora estamos vendo, porque a febre amarela é uma doença de população pobre. A vacina é para população pobre. Ela traz risco para a vida das pessoas.

Outro dia, procurei especialistas. Vacinei-me contra a febre amarela quando ainda era atleta e fui jogar na Indonésia e Cingapura. Vacinei-me em 1977. É tão perigosa essa vacina que as autoridades me orientaram a não me vacinar novamente, porque eu já havia tomado a vacina. Ela traz risco, só é utilizada em casos extremos. Minas Gerais hoje é um caso extremo.

Dada a minha responsabilidade de representar o povo mineiro, aproveitei a TV Assembleia para dizer a todos de Minas Gerais que me veem e que me ouvem agora que evitem os lugares onde há foco da febre amarela. Evitem! Esses dias, levei a minha neta para ser vacinada. É risco para ela. Ela tem menos de um ano. É um risco a vacinação da minha neta. Olhem onde o PT nos colocou! E temos de aguentar aqui um discurso vitorioso de que nunca antes na história de Minas Gerais tivemos um governo como este.

O deputado Gustavo Corrêa, líder da oposição na Assembleia, recebeu hoje representante dos servidores do Estado. Foi um encontro histórico, porque eles contavam muito com PT. Vejam o *paper* produzido pelo deputado Gustavo Corrêa, vejam as reclamações. Essas vieram aqui, mas há aquelas que vêm por telefone. Uma servidora tem de tirar a safena, mas o Hospital Luxemburgo, nosso querido Hospital Luxemburgo, que já foi presidido por um ex-deputado dessa Casa, o Miguel Martini, cortou o convênio com Ipsemg. Assim a servidora não pode tirar a safena lá. Essa é a história de Minas Gerais atualmente. Esse é o quadro.

Dizem que estão atacando a febre amarela com integração com os municípios, mas não pagam os municípios; com integração com o governo federal, mas o governo federal, o ministro da Saúde, disse para toda Minas Gerais que esse governo só investe 3% na saúde, vou repetir, o governo federal, por meio do ministro da Saúde, disse que Minas Gerais, que o governo do PT em Minas Gerais, investe na saúde apenas 3%. Ouvimos uma ladainha 12 anos contra os nossos governos: “Não investem na saúde”. Hoje o PT não repassa o dinheiro da saúde para os municípios. Hoje o PT não repassa o dinheiro, que é cobrado do servidor público – sou filho de servidores públicos – e os hospitais não atendem mais o servidor público. O programa, que dava medicamento ao servidor público acabou, as farmácias não repassam mais aos servidores públicos. Os policiais militares e bombeiros que arriscam suas vidas nas ruas em favor da população hoje não têm atendimento médico, nem eles nem suas famílias, porque o governo deve R\$2.900.000.000,00 para o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais. É uma tragédia o governo do PT.

E tem apoios. Parece que não está acontecendo nada. A população está sofrendo. Técnico especialista Pedro Chagas, é a maior letalidade de febre amarela da história de Minas Gerais, Pedro Chagas, é uma vergonha o governo do PT, é uma vergonha. Dizem que estão enfrentando com integração. Dizem que é integração com os municípios, mas os municípios não têm dinheiro. Perguntem aí. O deputado Antonio Carlos Arantes postou a fala de um prefeito do PT, de São Sebastião da Bela Vista. Ele mandou o governador assumir, porque nem a Prefeitura de São Sebastião recebe o dinheiro da saúde. “Ah, mas falaram também que a Funed está integrada, está ajudando”. Vamos avisar ao governo que a Funed está em greve. É muita irresponsabilidade, há surto de febre

amarela. O governo não passa dinheiro para os nossos municípios e os servidores da Funed, a fábrica de remédios de Minas Gerais, estão em greve, por causa da irresponsabilidade deste governo. É lamentável o que estamos vivendo.

Eu me lembro, filho de servidores, quando recorria ao hospital do Ipsemg. Eu ia lá na Alameda Ezequiel Dias, depois do parque. Era ali, como filho de servidor público, que eu era atendido, mas agora o hospital do servidor público do Estado de Minas Gerais não atende mais os servidores. Há atualmente 7 mil pessoas, entre servidores e dependentes beneficiados. Eles estão em uma fila que não anda, aguardando por uma cirurgia no hospital do Ipsemg, Hospital Governador Israel Pinheiro. Os servidores não conseguem realizar uma cirurgia, os policiais não são atendidos. Sou filho de policial. O meu pai punha a arma dele e ia defender a população. E agora? Quem atende os filhos dos policiais? O PT conseguiu destruir aquilo que foi construído historicamente pelos servidores públicos do Estado de Minas Gerais, civis e militares. Eles conseguiram destruir essa rede de atendimento ao servidor e aos policiais e suas famílias, em menos de quatro anos e com o apoio majoritário desta Casa. Esta Casa que majoritariamente apoia esse governo tem de dar explicações. Esta Casa que majoritariamente votou para aumentar os impostos da gasolina e do combustível deve explicação à população, porque esse dinheiro que deram ao governo não possibilitou nada. O governo não o utilizou para a saúde e a segurança.

Ir ao Sul de Minas e ouvir a mãe de um policial dizer que ele morreu com cinco tiros e que o colete que o salvaria estava vencido há três anos, líder Gustavo Valadares, doeu na gente. Eu o ouço, líder, com muito prazer. Sei que V. Exa. acompanhou a reunião com os servidores públicos hoje. Fiquei impressionado com o *paper* produzido da reunião e com tantas reclamações. Por favor, quero ouvi-lo.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Deputado João Leite, nós assumimos um compromisso com o sindicato e os servidores do Estado de começarmos a mostrar, no Plenário da Assembleia e nas comissões, a situação atual do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado, em especial, no atendimento da saúde aos servidores.

Coincidentemente, disse, na reunião de hoje com os sindicatos, que, na segunda-feira, recebi o telefonema de um servidor aposentado do Município de Formiga que foi tentar ser atendido, mas recebeu o recado de que aquela instituição hospitalar havia cortado o convênio com o Ipsemg, porque, há muitos meses, esse instituto já não estava fazendo o repasse, o aporte financeiro que deveria para que continuasse valendo o convênio. Assim está acontecendo em todo o Estado: Uberlândia, Uberaba, Montes Claros, Formiga e Belo Horizonte.

O que nos trouxeram de informação a respeito da situação atual do hospital da previdência, que fica ali em frente ao Parque Municipal, é assustador. É impressionante. Fiz esta pergunta a eles, mas ninguém soube me responder: “Qual é a prioridade desse governo petista?”. Em tempos de crise – e é fato que vivemos uma crise instalada por conta da má, da péssima gestão desse governador e da equipe que o cerca – é preciso que uma, duas ou três prioridades sejam definidas. Mas não há prioridade nesse governo petista. Não cuidam dos servidores porque parcelam e atrasam salários, atrasam e parcelam o pagamento do 13º salário, tratam a questão da previdência e da saúde dos servidores de maneira desleixada e estão dando calote nos hospitais conveniados do Ipsemg, há mais de seis meses. Não há obra de infraestrutura. Então, não priorizam a infraestrutura. Não há investimento em segurança pública. Então, não priorizam a segurança pública. Temos o maior surto de febre amarela do Brasil. Então, não priorizam a saúde pública do Estado, não só dos servidores, mas dos cidadãos como um todo. Na educação, não há uma obra sequer em escolas públicas do Estado de Minas Gerais. Então, não priorizam a educação no nosso estado.

Qual é a prioridade desse governo? Que venha algum petista aqui para responder-me qual é a prioridade desse governo, deputado João Leite. Muito obrigado.

O deputado João Leite – Os deputados Valadares e Gustavo Corrêa estiveram mais tempo com os servidores hoje. O Pedro Chagas marcou essa reunião com os servidores, e hoje sentimos a dor do servidor público. Pedi ao Pedro Chagas que marcasse essa

reunião para que pudéssemos ouvi-los, e sentimos o que o servidor público do Estado de Minas Gerais está sentindo. O mais grave é que eles não são recebidos pelo governo.

Por fim, queria falar do esforço do deputado Sargento Rodrigues para colher assinaturas e tentar salvar o IPSM. Só uma CPI para salvar o IPSM! São R\$2.900.000.000,00 que este governo, desde 2015, deixa de passar para o Instituto dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais. É um escândalo! Já temos mais de 20 assinaturas para a implantação de uma CPI. Espero que os deputados desta Casa assumam o compromisso e assinem pela comissão parlamentar de inquérito. Para onde foram os R\$2.900.000.000,00 arrecadados dos servidores militares do Estado de Minas Gerais? Assumamos a nossa responsabilidade e assinemos a CPI para apurarmos onde está o dinheiro do servidor militar, do policial e do bombeiro militar e de suas famílias. Para onde o PT levou esse dinheiro?

* – Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Corrêa* – Boa tarde, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público que nos acompanha nas galeiras desta Casa, público que nos acompanha pela TV Assembleia, criada pelo deputado Alencar da Silveira Jr.

Ocupo esta tribuna, na tarde de hoje, ilustre deputado Antônio Jorge, para tratar de um assunto que V. Exa. conhece muito bem, até porque foi um dos melhores secretários de Saúde que o nosso estado já teve e, quando esteve nesse cargo, tinha sempre a preocupação de preservar e cuidar sobretudo dos mais carentes e necessitados. Infelizmente, não podemos dizer o mesmo deste governo. Um governo que assumiu Minas Gerais, deputado Tito Torres, no início de 2015, dizendo que havia herdado uma dívida dos governos tucanos que o antecederam. Mas, desde 2015, deputado Sargento Rodrigues, este governo não fez uma ação sequer para colocar Minas no caminho do progresso e do desenvolvimento. Pelo contrário, este governo não para de criar cargos para os seus companheiros políticos, para os seus aliados históricos. Abro aqui um parêntese para dizer que eles devem ser muitos, deputado Luiz Humberto, porque, quando a ex-presidente Dilma caiu, mais de cinco mil cargos comissionados foram para o espaço. Era a turma que contribuía com o dízimo do PT. Tiveram de ser alocados, deputado Tito Torres, pelo Brasil afora, e foi logo escolhido o estado da Federação onde o partido da ex-presidente Dilma governa, Minas Gerais, que é o segundo estado da Federação.

Se os senhores e as senhoras quiserem, podem abrir o *Minas Gerais* dos últimos dias para ver que, mesmo estando com déficit, sem dinheiro para pagar o salário do servidor em dia, ele continua nomeando e dando cargos para os companheiros políticos. Como se não bastasse, até de auxílio-alimentação, que é justo, os servidores mais enraizados ao Partido dos Trabalhadores recebem mais do que os outros trabalhadores, deputado Tito Torres. Determinadas autarquias e secretarias do Estado estão pagando R\$83,00 de auxílio-alimentação por servidor por dia a alguns servidores, sendo que outros recebem R\$20,00. Se imaginarmos 83 vezes 20, que é a média de dias de trabalho, teríamos R\$1.600,00 de auxílio-alimentação. Acho que todos têm esse direito. O que não pode é haver discriminação, como esse governo tem feito.

Eu disse no início da minha fala que há falta de respeito e de atenção desse governo, sobretudo na área de saúde. Na última sexta-feira, a AMM organizou um evento, e mais de 450 prefeitos estiveram na nossa capital para cobrar do Estado uma posição sobre os atrasos no repasse para as áreas de saúde e transporte escolar e também sobre a apropriação indébita de ICMS, o que é pior. Pasmem os senhores, deputado Tiago Ulisses! Lamento por não ter visto V. Exa. lá, defendendo os municípios mineiros. V. Exa., que é um parlamentar atuante, nesse momento deveria formar fileira com os prefeitos, e não ser solidário ao governo. Lamento que a base governista também tente de todas formas dizer que se trata de um movimento político. Havia poucos deputados presentes. Como líder da oposição, fiz questão de comunicar ao Gilvan, prefeito e presidente da AMM, que eu não iria, para que não houvesse conotação partidária. A luta dos prefeitos foi em prol da população que vive em Minas Gerais. Mas não os vejo sendo apoiados, sobretudo por parte da base governista.

Pegando uma deixa na fala do deputado João Leite, quero chamar a atenção dos senhores. Na manhã de hoje... Nada melhor do que um dia após o outro, pois jamais imaginei, na minha trajetória política, ter de ouvir que o eterno defensor dos

servidores públicos sequer os recebe para dialogar. Ouvi de um dirigente sindicalista que os governos passados podiam ter todos os defeitos, deputado Antonio Carlos Arantes, mas pagavam os salários em dia e sempre os recebiam e dialogavam. Neste governo, o secretário sequer recebe mais os servidores, e felizmente hoje eles acordaram para a realidade do Estado. Vínhamos avisando sobre isso há muito tempo, ou seja, que o governo precisa fazer cortes, parar de fazer a caravana do blá-blá-blá. A Secretaria de Governo, que no ano passado publicou R\$147.000.000,00 em convênios, pagou apenas R\$7.000.000,00, deputado João Leite. Deputado João Vítor Xavier, o governo publicou R\$147.000.000,00 em convênios e pagou somente R\$7.000.000,00. Coitados dos prefeitos! Mais uma vez serão enganados.

Apenas para dar um exemplo, deputada Ione Pinheiro, de como este governo gosta de enganar a população, este governo publicou uma licitação de uma ponte, presidente Dalmo, no Norte e Noroeste de Minas Gerais. O processo tramitou da forma como deveria, mas vou contar aos senhores o que aconteceu. Eu avisava aos prefeitos: essa ponte não vai sair, porque o governo não tem dinheiro. “Não, o governador foi lá e prometeu”. Foi lá na caravana do blá-blá-blá, gastou dinheiro, pôs no jornal e disse: “A ponte vai sair”. Acreditam que, depois que saiu a empresa vencedora do projeto, da obra, o governo cancelou, mas a desculpa para cancelar foi que a empresa vencedora não poderia ganhar. Então pode-se chamar o 2º colocado, o 3º colocado, o 4º colocado, o 5º colocado... Não, aí é mais fácil cancelar e dizer que a empresa que ganhou não poderia ganhar. O estranho é não ter desabilitado essa empresa no início. É a farsa deste governo.

Mas o que queremos aqui, hoje... O deputado Rogério Correia, que aqui se encontra, inclusive foi muito elogiado na reunião de hoje. Disseram que V. Exa. sempre era o parlamentar que estava com os ouvidos e as portas do seu gabinete abertos para receber as demandas dos servidores públicos, mas agora infelizmente V. Exa. não tem tido apoio do governo nessas questões. Fizeram questão de dizer que não é culpa do senhor, mas do governo. O governo que V. Exa. defende não tem correspondido aos anseios e aos desejos dos servidores públicos.

Vou lhes dar apenas um exemplo. O governo do Estado tem descontado, deputado Antônio Jorge, 3,2% do salário dos servidores, que é a contribuição salarial dos servidores, para custear o Ipsemg. O governo do Estado tem de colocar ali mais 1,6%. O que tem ocorrido? Não sabemos se o governo do Estado está contribuindo com 1,6%, porque com os 3,2% sabemos que não está. E sabe por que não está, deputado André Quintão? V. Exa., junto com o deputado Durval Ângelo, é líder do governo, e espero contar com seu apoio na proposta que fizemos. A Assembleia de Minas, no ano passado, criou a comissão para discutir a dívida dos estados com a União. Trouxe gente para cá, como Roberto Requião e o diabo a quatro. Rodou o Brasil a fora, deputados Tadeu e Gilberto Abramo. Então, agora queremos o apoio de vocês para criarmos, aqui na Casa, uma comissão para acompanhar os repasses do Estado aos municípios mineiros. Na devida proporção, é a mesma coisa, porque já que defenderam os interesses de Minas, agora temos de defender os interesses dos municípios mineiros. E aí verificaremos se o governo tem feito os repasses da saúde, se tem feito os repasses do transporte escolar, do ICMS, do IPVA e por aí a fora. Esperamos agora o apoio dos senhores deputados para vermos, por exemplo, o caso do Ipsemg.

Hoje temos, deputado Antônio Jorge, um déficit de 7 mil cirurgias. Não sou médico, mas fiquei imaginando: se o Ipsemg fizer de 15 a 20 cirurgias num dia, sei lá, isso deve ser muito; imagino que deve ser um número grande, não sei se fazem mais do que isso. Para regularizar esse déficit, são quase 2, 3 anos, fazendo cirurgia todos os dias. Só que nem isso vai ocorrer. Por quê? Porque, há quatro meses, o governo do Estado deixou de repassar o dinheiro aos hospitais e às clínicas, que não aceitam mais atendimento do Ipsemg. Tem coisa pior do que isso? Pagar por algo que não pode usufruir?

Este governador, que disse que era um homem que governaria para ouvir o povo, devia ter essa preocupação. Deputado Antonio Carlos, que aqui se encontra, na última semana, recebi o meu grande amigo e, para mim, eterno prefeito de Arcos, Baiano, cuja pessoa V. Exa. conhece muito bem. A esposa dele está atravessando um problema delicado de saúde e precisava de uma cirurgia de emergência no Ipsemg. Há 10 dias estamos tentando, mas ele terá de entrar na Justiça. Só assim este governo funciona, na Justiça.

É triste! Volto a dizer que o partido que hoje governa Minas Gerais dizia que sempre defenderia os interesses dos servidores públicos e fez com que quase todos passassem o Natal sem receber o 13º salário, que é um direito legal.

Agora, é o Carnaval! O prefeito Alexandre Kalil, coitado, vai sofrer, porque o pessoal não recebeu e está sem dinheiro para tomar uma cervejinha no Carnaval. Viajar, já não vai mesmo – até porque vai ser um bom Carnaval o da nossa capital –, mas não vai ter dinheiro para tomar uma cervejinha ou comer um churrasquinho com um amigo. Sabem por quê? Porque o governador não conseguiu regularizar os salários.

E ainda sou obrigado a ouvir dos secretários de Planejamento e de Governo – o Odair, um grande amigo – que os prefeitos têm de ter compreensão e esperar mais uns dois ou quatro meses até que a situação se regularize. Gente, o povo cansou. Estou avisando: o recado vai ser dado nas urnas. As manifestações dos servidores públicos que vimos hoje demonstram claramente a sua falta de paciência com o governador.

Já vou concluir, presidente. Só quero falar mais duas coisas. Na manhã de hoje, enquanto tomava o meu banho depois da minha corrida matinal, fiquei pensando: “O que está fazendo o governador? Não o vejo em lugar algum! Não recebe os servidores públicos! É alguém que vai disputar a reeleição e tem 450 prefeitos batendo na sua porta para conversar, mas que não pôde receber nem uma comissão.” Onde será que estava o governador? Onde estava o governador? Agora desativou um prédio da Cidade Administrativa... Deve ser para colocar no leilão de alguém, porque não é por economia, como disseram, já que R\$5.000.000,00 por ano não valem nada para o Estado. Só o que ele liberou para os municípios da base de determinado secretário foi R\$11.000.000,00 em um convênio – então, R\$5.000.000,00 não justificam isso.

Mais do que isso, há anos alertamos a população e apontamos os erros e equívocos deste governo, mas não somos só nós que o fazemos: na última sexta-feira, deputado Inácio Franco, o ministro da Saúde disse que, diferentemente do que o governo quer vender aos mineiros, o governo do Estado não está repassando para os municípios o dinheiro que a União tem passado para ele. Ou seja, o governo federal está colocando o dinheirinho no cofre do Estado, sim. O dinheiro está caindo, sim; o que queremos saber é para onde está indo. Para onde está indo? Mas tenho certeza de que esse governo será passageiro – será apenas de quatro anos. Só quatro anos! Porque os mineiros, como os brasileiros, não são bobos mais, e o partido do 13 não vai para a frente.

Quero agradecer a compreensão do presidente e, para finalizar, dizer que esse partido do governador é tão forte que, apesar de não pagar os anestesistas do Ipsemg há quatro meses, fez um contrato na semana passada pelo qual, ironicamente, foram contratados 13 anestesistas – não foram 12, 14 ou 15, mas 13. Então, volto a dizer: nem respeito com o dinheiro público esse partido tem. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues* – Presidente, deputados, queria cumprimentar o líder Gustavo Corrêa e o deputado João Leite, que aqui abordaram a situação do Ipsemg. Ontem ocupamos esta tribuna, quando fomos até aparteados pelo deputado Arlen Santiago, para falar da situação do Ipsemg, deputado João Leite, que é desesperadora.

Hoje o pessoal do Sindipúblicos procurou os deputados da oposição para denunciar a situação vexatória em que se encontra o Ipsemg, com corte de convênios com hospitais, clínicas, médicos, dentistas e laboratórios por todo o Estado. Os servidores públicos civis do Estado de Minas Gerais estão entrando em desespero porque, com o corte de convênios, como vão poder levar a esposa ou os filhos para um tratamento de saúde, uma cirurgia ou qualquer intervenção médica, ainda que seja uma simples consulta? Essa é a triste realidade do Ipsemg.

Quero ainda, deputado João Leite – porque o pessoal do Ipsemg está pedindo a abertura de uma CPI –, destacar novamente a situação do IPSM. Falei mais cedo, na Comissão de Constituição e Justiça, e vou repetir: o governo Fernando Pimentel é um governo absolutamente incompetente para cooptar as pessoas. Fizemos uma visita ao IPSM, na segunda-feira, dia 5, e encontramos

um cenário arrasador, um cenário jamais visto em toda a sua história em Minas Gerais. Esse instituto foi fundado pelo grupo de sargentos da Cavalaria, em 1911, para socorrer as esposas dos policiais, que ficavam morrendo à míngua quando o policial falecia.

Naquela época, eles criaram a Caixa Beneficente, que era para ajudar a esposa e os filhos do policial que falecido. Durante 50 anos, ela foi mantida pelos próprios recursos dos policiais e bombeiros militares. E, agora, no atual governo de Fernando Pimentel, do PT, há a nuvem negra que se abateu sobre o Estado, que vem cooptando lideranças, deputados, algumas entidades de classes ligadas à Polícia Militar e ao Bombeiro Militar, para evitar que sejam cobrados, que sejam fiscalizados. É natural que a gente entenda o desespero do governo. É natural. Mas, não vamos deixar de denunciar, porque foram quase R\$3.000.000.000,00 desviados para o caixa único do Estado, de forma criminosa. Foi dinheiro retirado do IPSM, das contribuições dos segurados e das obrigações patronais.

Este governo está destruindo o maior patrimônio dos policiais e dos bombeiros militares, das pensionistas e de 225 mil segurados. O governo está destruindo o IPSM. Quando o policial é ferido na rua, quando a sua esposa ou o seu filho estão doentes, ele procura o hospital conveniado. Os *e-mails* não param de chegar. As denúncias não param de chegar. “Deputado, cortaram o convênio aqui da Cidade de Lavras, na Santa Casa.” “Deputado, cortaram o convênio da Santa Casa de Montes Claros.” “Deputado, aqui, no Triângulo Mineiro, cortaram os convênios, e precisamos nos deslocar para longe.” “Deputado, cortaram o convênio em Varginha, em Unai, em Valadares, em Teófilo Otôni”. Estão cortando o convênio em todos os lugares. É uma vergonha o que este desgoverno de Fernando Pimentel vem fazendo em Minas Gerais.

Estamos aqui, deputado João Leite, colhendo assinaturas para a abertura de uma CPI. Deputado Arantes, V. Exa. assinou a CPI do IPSM. Já são 20 assinaturas, e precisamos chegar a 26. Agora à tarde, vamos dar publicidade às assinaturas – dos deputados que assinaram e daqueles que ainda não assinaram a CPI do IPSM. Por muito menos ou por um valor muito menor, consegui instalar a CPI do IPSM, durante o governo Itamar Franco, em 1999.

Agora, deputado Antônio Carlos Arantes, são quase R\$3.000.000.000,00 desviados para o caixa único por Fernando Pimentel, do PT. E o que exatamente está sendo feito? Estamos cobrando pela Comissão de Segurança Pública. Impetrei uma ação popular, estamos aguardando a decisão judicial, e, pela outra via, estamos procurando a CPI.

Então a você, que é policial militar, que é bombeiro militar, que é dependente do IPSM, informo que vou dar publicidade, agora à tarde, pela minha página do Facebook, aos nomes dos deputados que assinaram a CPI e aos dos que não a assinaram. E vou fazer um apelo a você, que é policial e bombeiro militar, que é pensionista, que é dependente, para que envie mensagem para os *e-mails* dos deputados pedindo que assinem a CPI. Só faltam seis assinaturas. Já são 20, e precisamos de mais 6 assinaturas. Esta Casa não pode passar um governo todinho assistindo a essa destruição do IPSM sem uma resposta do Poder que tem o dever legal de fiscalizar os atos do Poder Executivo, o dever de exercer o controle e fiscalizar os atos do Executivo. Portanto, faço um apelo a você, policial, bombeiro militar, pensionista, esposa, filho: mande *e-mails* para os deputados estaduais pedindo para assinarem a CPI do IPSM, para que passemos essa história a limpo. Para que a CPI possa requisitar documentos, convocar autoridades, e aí, sim, ao seu final, possa responsabilizar criminalmente este governo pelos desvios que cometeu. Ele está destruindo a saúde da grande família policial e bombeiro militar.

* – Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 9/2/2018, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Ezequiel Gonçalves da Fonseca, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Leite;

nomeando Irisma da Costa Aguiar, padrão VL-17, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ricardo Faria.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

A Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ELE – torna pública a abertura de processo seletivo simplificado para contratação, por tempo determinado, de monitores/mobilizadores sociais, para atendimento a necessidade temporária do Projeto Institucional Cidadania Ribeirinha.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Projeto Cidadania Ribeirinha é um projeto institucional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG –, executado com o apoio de instituições públicas e organizações não governamentais parceiras, voltado para a contribuição para a revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco, a melhoria das condições de vida das populações ribeirinhas e a proteção do patrimônio cultural são-franciscano. A segunda edição do projeto é executada em comunidades rurais dos Municípios de Januária e de São Francisco, com financiamento do Fundo Nacional do Meio Ambiente, por meio do Contrato de Repasse nº 811906/2014, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, representado pelo Banco do Brasil, e a ALMG, objetivando a execução de ações relativas ao Programa de Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar. Informações detalhadas sobre o Projeto Cidadania Ribeirinha podem ser obtidas em www.almg.gov.br/cidadaniaribeirinha. O contrato de repasse pode ser consultado no Portal de Convênios do Governo Federal (www.convenios.gov.br), pesquisando-se a Proposta nº 040946/2013.

2. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

Os monitores/mobilizadores sociais selecionados serão contratados como profissionais autônomos, para prestação de serviço temporário, nos termos das Deliberações da Mesa nºs 2.594, de 25 de agosto de 2014, e 2.612, de 30 de março de 2015.

3. FUNÇÃO

Os monitores/mobilizadores sociais contratados atuarão nas atividades de implantação, execução e divulgação dos projetos comunitários de educação ambiental – PCEAs – a serem implementados nas comunidades rurais contempladas pelo Projeto Cidadania Ribeirinha. A contratação dos monitores/mobilizadores sociais se dará no período de 1º de junho a 30 de novembro de 2018.

4. ATIVIDADES

4.1. Os monitores/mobilizadores sociais contratados deverão desempenhar as seguintes atividades:

a) participar de treinamento oferecido pela ALMG, com conteúdo e duração a serem definidos posteriormente pela instituição;

b) realizar as tarefas manuais, operacionais, de mobilização e de divulgação necessárias à implementação dos PCEAs nas comunidades rurais contempladas pelo Projeto Cidadania Ribeirinha;

c) elaborar, mensalmente, relatório escrito ou oral das atividades desenvolvidas;

d) trabalhar em sintonia com a comissão comunitária gestora dos PCEAS e com a equipe da ALMG responsável pela gestão do Projeto Cidadania Ribeirinha.

5. VAGAS

As vagas disponíveis são as discriminadas no quadro abaixo:

Município	Comunidade	Projeto Comunitário	Número de Vagas
Januária	Riacho da Cruz	Plantando Vidas	3
		Resíduos Sólidos: Um Desafio na Nossa Comunidade	3
	São Joaquim*	Resíduos Sólidos	3
		S.O.S. Jabuticaba	3
	Várzea Bonita	Extrativismo Vegetal Sustentável	3
		Recuperação de Nascentes	3
São Francisco	Bom Jardim da Prata	Horto Comunitário de Produção de mudas	3
		Reaproveitamento de Resíduos Sólidos	3
	Jiboia	Extrativismo Vegetal Sustentável	3
		Recuperação de Nascentes	3
	Retiro	Frutas Regionais	3
		Recuperação de Nascentes	3

*A comunidade de São Joaquim, pertencente ao Município de Januária, também integrante do Projeto Cidadania Ribeirinha, decidiu, em assembleia comunitária realizada no dia 2 de dezembro de 2015, que a atuação dos monitores/mobilizadores sociais nos PCEAs a serem implementados na comunidade se dará de forma voluntária, sem recebimento de remuneração.

6. REQUISITOS E VEDAÇÕES

6.1. O monitor/mobilizador social contratado deverá, obrigatoriamente: ter 18 anos ou mais; ter participado do Curso de Formação de Agentes Populares em Educação Ambiental na Agricultura Familiar, oferecido pelo Projeto Cidadania Ribeirinha em 2015; residir na comunidade onde será implantado o PCEA para o qual apresentou a sua candidatura, ou em comunidade vizinha que esteja articulada com esse projeto comunitário.

6.2. Serão considerados, na seleção dos monitores/mobilizadores sociais a serem contratados, os seguintes critérios: a capacidade de articulação e diálogo nas suas respectivas comunidades; a habilidade para acompanhar a implementação do PCEA a ser desenvolvido nessas comunidades; e a igualdade de gênero, a fim de fortalecer os movimentos de mulheres do campo, conforme o Edital nº 1/2013 do Fundo Nacional Meio Ambiente.

6.3. Nos termos da legislação vigente, não poderão participar do processo seletivo militar ou servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

7. INSCRIÇÕES

7.1. As inscrições serão gratuitas e realizadas no período de 20 de fevereiro a 8 de abril de 2018. As fichas de inscrição distribuídas poderão ser entregues nos locais e horários abaixo indicados. O candidato deverá informar os seguintes dados no ato da inscrição: carteira de identidade; CPF; NIT ou PIS; e endereço de residência na comunidade para a qual está se candidatando. No ato da inscrição, o candidato preencherá a ficha.

Município	Comunidade	Local de Recolhimento da inscrição	Data e Horário
Januária	Riacho da Cruz	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores de Riacho da Cruz	8 de abril de 2018, das 8 às 18 horas
	Várzea Bonita	Associação Comunitária Unidos da Vila de Várzea	7 de abril de 2018, das 8 às 18 horas
São Francisco	Bom Jardim da Prata	Associação Comunitária Porto Velho	5 de abril de 2018, das 8 às 18 horas

	Jiboia	Associação Comunitária do Povoado de Santana de Minas	3 de abril de 2018, das 8 às 18 horas
	Retiro	Associação Comunitária Ribeiro Neves	4 de abril de 2018, das 8 às 18 horas

Obs.: Em São Joaquim, haverá recolhimento dos candidatos a voluntários no dia 6 de abril de 2018, das 8 às 18 horas, na sede da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de São Joaquim.

8. SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

8.1. A seleção dos candidatos habilitados na forma dos itens 6 e 7 será realizada por comissão composta por dois integrantes da equipe permanente do Projeto Cidadania Ribeirinha e, em cada comunidade, por um representante indicado pela respectiva associação comunitária, conforme a identificação abaixo. A seleção constará de análise da ficha preenchida pelo candidato e entrevista.

Município	Comunidade	Associação Comunitária
Januária	Riacho da Cruz	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores de Riacho da Cruz
	Várzea Bonita	Associação Comunitária Unidos da Vila de Várzea
São Francisco	Bom Jardim da Prata	Associação Quilombola Bom Jardim da Prata
	Jiboia	Associação Comunitária do Povoado de Santana de Minas
	Retiro	Associação Comunitária Ribeiro Neves

9. RESULTADO

9.1. O resultado da seleção será divulgado na página do Projeto Cidadania Ribeirinha da ALMG – www.almg.gov.br/cidadaniaribeirinha – e nas comunidades rurais até o dia 30 abril de 2018.

9.2. Os candidatos aprovados cuja classificação exceda o número de vagas disponíveis em cada comunidade comporão um quadro de reserva, podendo ser contratados caso haja demanda em razão de desistência, impedimento ou outra razão que impeça a contratação dos candidatos convocados ou, ainda que já tenha ocorrido a contratação, que leve à rescisão contratual.

9.3. Eventuais recursos contra o resultado deverão ser submetidos a apreciação exclusivamente por via eletrônica, devendo ser encaminhados para o *e-mail* cidadaniaribeirinha@almg.gov.br e conter fundamentação que motive o ato.

10. REMUNERAÇÃO

10.1. O valor bruto da remuneração por hora de trabalho, devido pela atuação na monitoria/mobilização social, é de R\$10,00, devendo cada monitor/mobilizador contratado cumprir um total de 48 horas de trabalho mensais, por um período de seis meses.

10.2. Do valor bruto de remuneração serão deduzidos os tributos legais.

10.3. Os monitores/mobilizadores sociais contratados farão jus a auxílio-transporte no valor de até R\$12,00 por dia de atuação na monitoria/mobilização social. O cálculo do auxílio-transporte será feito a partir de distâncias maiores que 2km.

10.3.1 O valor unitário do auxílio-transporte a ser pago a cada monitor será definido pela equipe do Projeto Cidadania Ribeirinha e previsto no respectivo contrato, considerados o limite estabelecido na subcláusula 10.3 e a distância entre a residência do contratado e o local da prestação dos serviços.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Quaisquer irregularidades que venham a ser identificadas nos documentos apresentados pelo candidato, em qualquer fase do processo seletivo, levarão à sua exclusão do processo seletivo ou, se identificadas posteriormente à sua contratação, à rescisão contratual.

11.2. Os candidatos selecionados somente serão contratados mediante apresentação dos originais e das cópias impressas dos seguintes documentos: carteira de identidade (frente e verso); CPF; NIT ou PIS; documento que informe conta-corrente em seu

nome e documento assinado com declaração de que o candidato não é militar ou servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, conforme restrições estabelecidas no Edital nº 1/2013 do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

11.3. Os casos omissos serão dirimidos pela comissão de seleção prevista no item 8.1 deste edital.

11.4. Informações e esclarecimentos complementares pertinentes a este edital poderão ser obtidos por meio do *e-mail* cidadaniaribeirinha@almg.gov.br ou dos telefones (31) 997919712 e (31) 971201221.

Escola do Legislativo, 15 de fevereiro de 2018.

Ruth Schmitz de Castro, gerente-geral da Escola do Legislativo – Janaelle Cristina Néri Almeida, gestora do Projeto Cidadania Ribeirinha – Roberta Lessa Amaral Yamamoto, gestora do Projeto Cidadania Ribeirinha.